



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo Legislativo nº.51501/2025

Projeto de Lei nº. 133/2025

Relator: Francisco Paulo de Oliveira – União Brasil

PARECER N°122/2025

Da comissão de justiça e redação, sobre o projeto de lei n° 133/2025, de iniciativa do Vereador Fábio Almeida Pavoni que “fica vedada a distinção de origem das receitas médicas no fornecimento de medicamentos e insumos no âmbito da saúde pública municipal no Município de Araucária, e dá outras providências.”

I – RELATÓRIO

Vereador Fábio Almeida Pavoni, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta o Projeto de Lei que fica vedada a distinção de origem das receitas médicas no fornecimento de medicamentos e insumos no âmbito da saúde pública municipal no Município de Araucária, e dá outras providências”.

O projeto vem acompanhado da justificativa, na qual diz em síntese que:

“Este Projeto tem como objetivo garantir que o fornecimento de medicamentos nas unidades públicas de saúde do município seja realizado, independentemente de o munícipe apresentar uma receita emitida por médicos do sistema público ou privado, incluindo os médicos conveniados aos planos de saúde.

Atualmente, em Araucária, o acesso aos medicamentos gratuitos fornecidos pela rede municipal de saúde depende de uma receita médica de um profissional vinculado ao atendimento público. Contudo, conforme o artigo 196 da Constituição Federal, que estabelece a saúde como direito de todos, o cidadão tem direito ao acesso aos serviços de saúde públicos, independentemente de suas condições financeiras ou da origem da consulta. Muitas pessoas recorrem a





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

consultas particulares devido à necessidade ou ao tempo de espera no sistema público, e devem ter acesso aos medicamentos gratuitamente, mesmo que a receita seja de um médico privado. A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90) garante a assistência terapêutica integral e o acesso universal aos serviços de saúde, sem discriminação. A Lei Orgânica Municipal, em seu Art. 96, reforça que a assistência deve ser universal e igualitária, com a rede de saúde oferecendo acesso a todos, sem distinção. Ao município cabe coordenar a distribuição de medicamentos e assegurar o acesso à população. A exigência de que o paciente apresente uma receita de um médico público apenas aumenta a burocracia e dificulta o acesso à saúde, além de gerar a prática comum em Araucária de "trocar" receitas, onde médicos públicos prescrevem os mesmos medicamentos indicados por médicos particulares, apenas para garantir o fornecimento no sistema público. Portanto, este projeto visa beneficiar todos os cidadãos, garantindo o acesso aos medicamentos fornecidos pelo município, independentemente da origem da receita."

Após breve exposição, passa-se à análise jurídica da matéria, limitando-se esta Comissão a examinar a sua viabilidade jurídica e constitucional, nos termos do Regimento Interno

II – ANÁLISE

Compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de projetos de lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

"Art. 52º Compete

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições elaborações finais, na conformidade do aprovado, salvo as previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art 159, inciso III e Art. 163, 2º);





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art 5, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local

Art. 30 Compete à Câmara Municipal deliberar sobre matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

I – legislar sobre assuntos de interesse local:

Com isso, verifica-se que a legislação discorre sobre o poder e a competência de autoria do Vereador em Projetos de Lei, conforme o Art. 40,§ 1,a, Lei Orgânica Municipal sobre matérias de interesse local:

Art. 40° O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;

No entanto, ao analisar o conteúdo do projeto, verifica-se que o art. 2º da proposição atribui funções específicas à Secretaria Municipal de Saúde, estabelecendo diretrizes quanto ao fornecimento e logística de medicamentos, incluindo Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Farmácia Básica e Central de Medicamentos. Tal disposição viola o art. 41, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Araucária:

Art. 41 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:

V - criem e estruturam as atribuições e entidades da administração pública, direta e indireta.

Assim, ao criar atribuições específicas para a Secretaria Municipal de Saúde, o projeto invade a competência privativa do Poder Executivo, conforme estabelecido por simetria na Constituição Estadual, art. 66, inciso IV:





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

Art. 66. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."

Diante disso, fica evidente a inconstitucionalidade formal (vício de iniciativa) do projeto, por interferir na organização e funcionamento do Poder Executivo, matéria reservada ao Prefeito.

Por último, ressalta-se que, caso o projeto não seja arquivado, deverá ser encaminhado à Comissão de Justiça e Redação e, em seguida, à Comissão de Saúde e Meio Ambiente, conforme previsão regimental (art. 52 e incisos do Regimento Interno).

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 133/2025. Assim, SOMOS PELO ARQUIVAMENTO REFERIDO PROJETO DE LEI, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer.

Araucária, 19 de maio de 2025.



FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

19/05/2025 09:05:17

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Francisco Paulo de Oliveira

RELATOR CJR





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DE PARECER

Na reunião realizada no dia 22 de maio de 2025 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Pedro Ferreira de Lima e Vagner José Chefer, membros da Comissão de Justiça e Redação, votaram favoráveis ao Parecer nº 122/2025 CJR, referente ao Projeto de Lei nº 133/2025.

Araucária, 22 de maio de 2025.



VAGNER JOSÉ CHEFER

22/05/2025 10:12:46

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



PEDRO FERREIRA DE LIMA

22/05/2025 11:24:29

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

